

ATA NÚMERO 12/XIV/1.ª

Aos vinte e seis do mês de fevereiro de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação e votação das atas respeitantes às reuniões de 11 e 18 de fevereiro de 2020.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Chega para audição, com caráter de urgência, da Senhora Ministra da Cultura, sobre o desaparecimento de obras da coleção de arte do Estado e as medidas a adotar para descobrir o paradeiro dessas obras.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição, com caráter de urgência, do Presidente do Conselho Internacional de Museus da Europa (ICOM Europa), Luís Raposo, do Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), João Neto, e do Director-Geral da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Bernardo Alabaça, sobre a nomeação anunciada no dia 13 de fevereiro, pelo Ministério da Cultura, de Bernardo Alabaça para Director-Geral do Património Cultural.

5. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 1195/XIII/4.ª \(Iniciativa legislativa de cidadãos\)](#) – Revogação da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 29 de julho (Aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa):

Deputado Relator: Pedro Cegonho (PS)

6. Discussão do [Projeto de resolução n.º 227/XIV \(1.ª\) \(BE\)](#) — Recomenda ao Governo que impreterivelmente regulamente a legislação relativa a animais nos circos — e do [Projeto de](#)

resolução n.º 138/XIV (1.ª) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente da Lei n.º 20/2019, 22 de Fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos.

7. Discussão do **Projeto de resolução n.º 81/XIV (1.ª) (PS)** - Consagra o dia 31 de março como Dia da Memória das Vítimas da Inquisição.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Senhora Ministra da Cultura, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD solicitando a audição do Diretor-Geral da DGPC, Dr. Bernardo Alabaça, do Presidente do Conselho Internacional de Museus da Europa (ICOM Europa), Dr. Luís Raposo, e do Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), Dr. João Neto, resultante da nomeação, anunciada no passado dia 13, do novo Diretor-Geral da Direção Geral de Património Cultural

9. Outros assuntos.

1. Informações

No âmbito do primeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Ana Paula Vitorino, deu conta da entrada na Comissão dos relatórios de atividade dos Provedores do Ouvinte e do Telespectador respeitantes ao ano de 2019, que já se encontram publicados na [página da Comissão](#).

2. Apreciação e votação das atas respeitantes às reuniões de 11 e 18 de fevereiro de 2020

Uma vez submetidas a votação, as atas foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

3. Apreciação e votação do [requerimento](#) apresentado pelo Chega para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra da Cultura, sobre o desaparecimento de obras da coleção de arte do Estado e as medidas a adotar para descobrir o paradeiro dessas obras

Este ponto foi adiado, porque o Senhor Deputado André Ventura (Chega) não se encontrava presente.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição, com carácter de urgência, do Presidente do Conselho Internacional de Museus da Europa (ICOM Europa), Luís Raposo, do Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), João Neto, e do Director-Geral da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Bernardo Alabaça, sobre a nomeação anunciada no dia 13 de fevereiro, pelo Ministério da Cultura, de Bernardo Alabaça para Director-Geral do Património Cultural

O **Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)** fez a apresentação do requerimento, sublinhando que no caso em apreço houve um nível de reação à nomeação de Bernardo Alabaça absolutamente anormal e que o próprio sector reagiu com uma violência não muito habitual. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD pretende apurar se essa atitude foi completamente extemporânea e exagerada ou se a mesma se apresenta como justificada.

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** solicitou a palavra para transmitir que o Grupo Parlamentar do PS nada tem a opor ao requerimento apresentado.

A **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** disse acompanhar as preocupações expressas no requerimento apresentado, tendo todo o interesse em ouvir em audição as entidades propostas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

De seguida, a **Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP)** manifestou a sua concordância com as audições propostas, viabilizando assim a aprovação do requerimento.

A **Senhora Deputada Alexandre Vieira (BE)** manifestou o apoio do seu grupo parlamentar ao requerimento apresentado.

A **Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN)** disse acompanhar as preocupações transmitidas pelo Grupo Parlamentar do PSD, concordando com a audição de todas as entidades propostas.

Uma vez submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

5. Apreciação e votação do parecer do Projeto de lei n.º 1195/XIII/4.ª (Iniciativa legislativa de cidadãos) – Revogação da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 29 de julho (Aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

6. Discussão do Projeto de resolução n.º 227/XIV (1.ª) (BE) — Recomenda ao Governo que impreterivelmente regulamente a legislação relativa a animais nos circos — e do Projeto de resolução n.º 138/XIV (1.ª) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente da Lei n.º 20/2019, 22 de Fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos.

A **Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE)** começou por sublinhar que a iniciativa legislativa apresentada pretende ver resolvido um problema que advém de uma legislação aprovada na legislatura passada na Assembleia da República e que já devia estar regulamentada — a Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, que reforça a proteção dos animais utilizados em circos, tinha um período transitório de 180 dias para a sua regulamentação por parte do Governo, desde logo na definição da ou das entidades que ficariam com a incumbência de execução de partes da legislação.

Disse também que, ao não regulamentar a lei no período previsto, o Governo deixa um vazio legal relativamente a um vasto conjunto de atividades circenses ainda em utilização de animais selvagens, sendo esta uma questão que coloca em causa as atividades circenses, o bem-estar dos animais ainda utilizados em circo e a própria viabilidade de uma legislação aprovada na Assembleia da República, que poderá trazer diversos conflitos por laxismo do próprio Governo e Ministérios competentes.

Nesse sentido, transmitiu que o Grupo Parlamentar do BE recomenda ao Governo que regule e defina todos os âmbitos da Lei n.º 20/2019 que careçam de regulamentação no período de um mês, que proceda a um relatório do registo dos animais no circo feito pela DGAV e ICNF e o divulgue nos sítios da internet das duas entidades em idêntico período e a um estudo sobre a utilização e condições de bem-estar animal de animais domésticos e de quinta nos circos.

A **Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN)** afirmou que o objetivo da iniciativa apresentada pelo PAN é semelhante ao do BE, na medida em que desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, existe um vazio legal relativamente à proteção dos animais nos circos. Apesar do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de Outubro, ter regulamentado essa matéria nos seus artigos 53.º a 57.º, tais normas foram revogadas pelo Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de Setembro, que estabeleceu apenas as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1739/2005, da Comissão, de 21 de outubro, ou seja, atinentes apenas às condições sanitárias aplicáveis à circulação de animais de circo e outros espetáculos itinerantes e não de bem-estar animal, sem que o legislador tenha estabelecido sequer disposições transitórias até à publicação da portaria conjunta da área do ambiente e da agricultura prevista no artigo 7.º desse mesmo diploma.

Em resultado da aprovação do projeto de lei n.º 695/XIII/3.ª, do PAN, entrou em vigor, a 23 de fevereiro de 2019, a Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos, nomeadamente quanto à sua detenção e determina o fim da utilização de animais selvagens, estabelecendo um prazo de 180 dias para que o Governo procedesse à sua regulamentação, o que ainda não aconteceu. Ou seja, até à data não foi publicado o decreto-lei que assegurava a regulamentação da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, e cujo prazo terminou em agosto do corrente ano, ocorrendo assim o incumprimento da concretização das medidas previstas, sem que tenha sido efetuada a implementação do reforço da proteção dos animais utilizados em circos.

Terminou afirmando que urge proceder à nomeação da entidade competente conforme previsto na Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, assim como proceder à regulamentação prevista nesse mesmo diploma e ainda estabelecer as normas de proteção animal nos circos, conforme

previsto no Decreto-Lei n.º 255/2009, de 22 de Fevereiro, aplicáveis enquanto a sua detenção for permitida.

Usaram também da palavra as **Senhoras Deputadas Mara Coelho (PS), Helga Correia (PSD) e Alma Rivera (PCP)**, que lamentaram o atraso do Governo na regulamentação da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro.

7. Discussão do [Projeto de resolução n.º 81/XIV \(1.ª\) \(PS\)](#) - Consagra o dia 31 de março como Dia da Memória das Vítimas da Inquisição

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Senhora Ministra da Cultura na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD solicitando a audição do Diretor-Geral da DGPC, Dr. Bernardo Alabaça, do Presidente do Conselho Internacional de Museus da Europa (ICOM Europa), Dr. Luís Raposo, e do Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), Dr. João Neto, resultante da nomeação, anunciada no passado dia 13, do novo Diretor-Geral da Direção Geral de Património Cultural

Após a **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** fazer a apresentação do requerimento para a audição da Senhora Ministra da Cultura, responsável pela nomeação em causa e pelos critérios que estiveram na sua base, foi o mesmo submetido a votação e aprovado por unanimidade.

9. Outros assuntos

Foi abordada a questão das grelhas de tempo a utilizar na audições do dia 3 de março do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do BE e do PSD, para, respetivamente, prestar esclarecimentos sobre o registo de sites de desinformação como órgãos de comunicação social fidedignos e acerca de todo o processo de aprovação da nova Direção de Informação da RTP e do relacionamento existente entre os membros do Conselho Regulador da

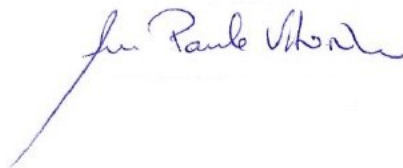
Comissão de Cultura e Comunicação

Entidade Reguladora, tendo usado da palavra os Senhores Deputados Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2020

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(ANA PAULA VITORINO)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE na reunião de 03 de março de 2020.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Paula Vitorino
Ana Rita Bessa
Cláudia Bento
Cristina Rodrigues
Fernanda Velez
Filipa Roseta
Helga Correia
Isabel Lopes
Jorge Costa
Lúcia Araújo Silva
Mara Coelho
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Cegonho
Rosário Gambôa
Sara Velez
Sofia Araújo
Alexandra Vieira
Alma Rivera
António Ventura
Maria Manuel Rola
Olga Silvestre

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
José Magalhães



Comissão de Cultura e Comunicação

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Beatriz Gomes Dias

Carlos Silva

Luís Capoulas Santos